



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E  
SOCIEDADES COOPERATIVAS - COOP**

**PROCESSO: 23411.006332/2016-37**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2016  
REGISTRO DE PREÇOS**

O Instituto Federal do Paraná - IFPR e este Pregoeiro (a), designado pela Portaria de n.º 357, de 29 de Agosto de 2016, levam ao conhecimento dos interessados que farão realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo menor preço por item, estando aberto EXCLUSIVAMENTE às MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do art. 6º do Decreto nº 6204/2007 e Lei Complementar n.º 123/2006 na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, do **Decreto n.º 7.892/2013**, do **Decreto Federal nº 7.746/2012**, do **Decreto n.º 5.450/2005**, **Decreto 3555/2000**, **Decreto 8.558/2015**, **Lei Complementar n.º 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e suas alterações posteriores, e de outras normas aplicáveis ao presente certame, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e em conformidade com a autorização contida no Processo nº **23411.006332/2016-37**.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 30/11/2016**

**HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 158009**

**SEÇÃO I - DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada para aquisição de **Softwares Administrativos** para os campi do Instituto Federal do Paraná, conforme apresentado no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
2. O registro de preços, decorrente deste pregão eletrônico, terá validade de 12(doze) meses. Durante o prazo de validade do registro de preços, este IFPR poderá ou não contratar o objeto deste pregão.
  - 2.1. A licitação será dividida em itens conforme tabela constante no **Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
  - 2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto contidas no Comprasnet e as descritas no presente edital e anexos, prevalecerão as do **EDITAL**.

**SEÇÃO II - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3. O Órgão Gerenciador desta licitação é o IFPR (UASG 158009) que atende aos *Campi* Barracão, Astorga, Capanema, Colombo, Goioerê, Jaguariaíva, Pitanga, Quedas do Iguaçu, União da Vitória, EaD (Curitiba) e PROAD - CACP (Curitiba) e os Órgãos Participantes do presente certame são:
  - 1 - IFPR - *Campus* Assis Chateaubrind (UASG 154671);
  - 2 - IFPR - *Campus* Campo Largo (UASG 154672);
  - 3 - IFPR - *Campus* Cascavel (UASG 154673);
  - 4 - IFPR - *Campus* Curitiba (UASG 158395);
  - 5 - IFPR - *Campus* Foz do Iguaçu (UASG 158396);
  - 6 - IFPR - *Campus* Irati (UASG 154674);
  - 7 - IFPR - *Campus* Ivaiporã (UASG 154675);



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- 8 - IFPR - *Campus* Jacarezinho (UASG 158400);
- 9 - IFPR - *Campus* Londrina (UASG 154699);
- 10 - IFPR - *Campus* Palmas (UASG 154676);
- 11 - IFPR - *Campus* Telêmaco Borba (UASG 158399);
- 12 - IFPR - *Campus* Umuarama (UASG 158402)

### SEÇÃO III - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 4. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:
  - 4.1. ANEXO I - Termo de Referência.
  - 4.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços
  - 4.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP)
  - 4.4. ANEXO IV - Declaração de Concordância com a Ata de Registro de Preços.
  - 4.5. ANEXO V - Autorização de Fornecimento.

### SEÇÃO IV - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (se houver IRP) \*

- 5. O órgão gerenciador será o Instituto Federal do Paraná.
  - 5.1. *São participantes os seguintes órgãos (se houver) :*
    - 5.1.1. *.....(nome do órgão)....;*
    - 5.1.2. *.....(nome do órgão)....;*
    - 5.1.3. *.....(nome do órgão)....*

**\*Nota explicativa:** O órgão gerenciador, previamente à abertura do certame, deverá registrar sua *Intenção de Registro de Preços - IRP no Portal de Compras do Governo federal antes de publicar o Edital, salvo no caso de sua inviabilidade desde que devidamente justificada, nos termos dos artigos 4º ao 6º do Decreto nº 7.892, de 2013.*

### SEÇÃO V - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do IFPR, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
  - 6.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
  - 6.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
  - 6.3. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador



e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

- 6.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 6.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

## SEÇÃO VI - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7. A despesa total com a execução do objeto da presente licitação é estimada **em R\$84.746,30 (Oitenta e Quatro Mil Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Trinta Centavos)**, conforme disposto no Termo de Referência anexo I.
  - 7.1. As despesas referentes à execução do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados do Orçamento Geral da União, para o Exercício **2016** e os subsequentes a cargo do IFPR.

## SEÇÃO VII - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8. Somente poderão participar deste pregão microempresas e empresas de pequeno porte, e entidades constantes do **Decreto** 8.558/2015.
9. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.
11. Somente poderão participar deste Pregão licitantes microempresa e empresas de pequeno porte que:
  - 11.1. Estejam devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010;
  - 11.2. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
  - 11.3. Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação requerida para sua habilitação.
12. Não poderão participar deste Pregão, licitantes microempresas e empresa de pequeno porte que:
  - 12.1. Que estejam impedidas de contratar com a Administração Pública;
  - 12.2. Que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, enquanto perdurar o prazo estabelecido na sanção aplicada;
  - 12.3. Que tenham sido descredenciadas do SICAF;
  - 12.4. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
  - 12.5. Cujo estatuto ou contrato social não guarde pertinência com o objeto deste Pregão;
  - 12.6. Que estejam em processo de dissolução, recuperação judicial, falência,
  - 12.7. Concordata, fusão, cisão, ou incorporação, conforme decisão judicial;
  - 12.8. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- 12.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas no artigo 9º da lei 8.666/1993, e de sociedades cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 4º e 5º da SLTI/MP nº 2/2008.
  - 12.10. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
  - 12.11. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe da sua gerência ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990 ou a participação decorra dos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros;
  - 12.12. Não poderão também participar desta licitação, os familiares de agente público que esteja investido em cargo em comissão ou função de confiança perante o órgão promotor da licitação, conforme vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.
  - 12.13. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o IFPR, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 12.14. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - 12.15. Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 12.16. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
  - 12.17. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
  - 12.18. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
    - 12.18.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
  - 12.19. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 12.20. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
  - 12.21. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
  - 12.22. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
  - 12.23. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
  - 12.24. Servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
13. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
    - 13.1. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



ao provedor do sistema ou ao IFPR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## SEÇÃO VIII - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**14.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacoes@ifpr.edu.br](mailto:licitacoes@ifpr.edu.br).

**14.1.** O Pregoeiro (a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**14.2.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**15.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro (a) até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacoes@ifpr.edu.br](mailto:licitacoes@ifpr.edu.br).

**16.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

## SEÇÃO IX - DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

**17.** O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**18.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**19.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**20.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**20.1.** Para formular e encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (proposta de preço padrão do sistema), o licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, notadamente no Termo de Referência, o atendimento dos requisitos abaixo apresentados. Esclarecemos que, no início da sessão do Pregão, os campos do sistema eletrônico que o Pregoeiro tem acesso são os da Descrição Detalhada do Objeto, Quantidade e Preço.

**20.1.1.** O Pregoeiro(a), juntamente com a Equipe de Apoio, analisará previamente as propostas cadastradas, de forma que, as propostas explicitamente contrárias ao Edital serão desclassificadas desde logo.

**20.2.** A proposta a ser encaminhada eletronicamente, em campo apropriado do Sistema Comprasnet, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando as **principais** especificações técnicas, quantidade, e preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula, com o preenchimento correto das informações em cada campo determinado no sistema eletrônico, para fornecimento nas condições e **locais** conforme consta neste Edital.

**20.2.1.** Havendo apresentação de propostas ou lances com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, o licitante vencedor deverá efetuar a adequação para duas casas, com o arredondamento para o valor inferior ao apresentado no sistema. Caso o licitante não providencie essas correções, estas serão efetuadas pelo Pregoeiro(a);



- 20.3.** O licitante deverá preencher o campo da **Descrição Detalhada do Objeto**, somente com as informações sobre o item, esclarecendo as especificações técnicas principais, conforme o solicitado no Termo de Referência, sendo **desclassificadas** as propostas que estiverem em desacordo com esta determinação.
- 20.3.1.** Poderão **ser DESCLASSIFICADAS** as propostas cujas descrições forem genéricas, tais como: **“conforme Edital”**, **“atendemos o Edital”** dentre outras, sem especificar o produto ofertado;
- 20.3.2.** É vedada também a identificação da licitante de qualquer que seja a forma, antes do encerramento da fase de lances junto à descrição detalhada do objeto.
- 20.4.** Não será permitida a cotação de quantidades inferiores àquelas compreendidas no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta do item a que se referir;
- 20.5.** O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerado e incluso todos os custos necessários para a aquisição do objeto, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, garantias, fretes, tarifas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 20.5.1.** Serão desclassificadas as propostas que ofertem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, não sendo possível comprovar a sua exequibilidade. Inclusive em itens que estiverem agrupados.
- 20.6.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 20.7.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 20.8.** O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 20.8.1.** As licitantes que não se manifestaram como ME/EPP no momento do envio da proposta terão o tratamento igual às demais licitantes, não cabendo o direito de recursos posteriores.
- 20.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 20.10.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 20.11.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 20.12.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 20.13.** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura deste Pregão, salvo quando o licitante ofertar prazo superior, quando então prevalecerá este último prazo. Havendo necessidade o IFPR poderá solicitar a prorrogação do prazo por mais 60 (sessenta) dias.
- 20.14.** A desclassificação de qualquer proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



## SEÇÃO X - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro (a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
22. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro (a) e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
23. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de oportunidades diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, pelo pregoeiro (a) via chat ou em virtude da desconexão do licitante.

## SEÇÃO XI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

24. O Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar **motivadamente** aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.
25. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## SEÇÃO XII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

26. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
27. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
28. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
29. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
30. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
31. Durante a fase de lances, o Pregoeiro (a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
32. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
33. No caso de a desconexão do Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/> ou no endereço eletrônico utilizado para tal divulgação.
34. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro (a), que informará com antecedência de 1 a 60 (sessenta) minutos, o prazo do tempo de iminência.
35. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro (a), o sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento aleatório dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

## SEÇÃO XIII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

36. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 36.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, será selecionada automaticamente pelo sistema, e no prazo de 5 (cinco) minutos, poderá apresentar



proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser contratada.

- 36.2. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 36.3. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 36.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

#### SEÇÃO XIV - DA NEGOCIAÇÃO

37. O **Pregoeiro (a)** poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

- 37.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

#### SEÇÃO XV - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

38. O **licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar** em virtude do menor valor ofertado terá a proposta analisada quanto à compatibilidade com o solicitado no Termo de Referência, no que tange ao valor estimado e às especificações técnicas do objeto. **PARA EFEITO DE ACEITAÇÃO (APÓS A FASE DE LANCES), SERÁ LEVADO EM CONTA APENAS O DESCRITIVO INCLUÍDO NO SISTEMA COMPRASNET, SALVO QUANDO O PREGOEIRO SOLICITAR UM DESCRITIVO COMPLEMENTAR MAIS DETALHADO.**

- 38.1. O Pregoeiro (a) poderá solicitar parecer de técnicos ao quadro de pessoal do IFPR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 38.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 38.3. O Pregoeiro (a) poderá solicitar a apresentação da proposta escrita (**modelo - Anexo II**) ou ainda catálogos, ou outros documentos necessários para a sua avaliação (exclusivamente por meio da opção “enviar anexo” do Sistema Comprasnet), quando a descrição detalhada do objeto, constantes no sistema Comprasnet, não forem suficientes para análise da área técnica, caso em que, individualmente, comunicará a necessidade do envio **via chat**, estabelecendo prazo para tal;
  - 38.3.1. O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, poderá ser desclassificado.
- 38.4. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro (a).
  - 38.4.1. **Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao IFPR - Central de Compras e Licitações, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Condomínio Edifício Asa. R. Voluntários da Pátria, 475, 20º andar sala 2007, CEP 80020-000, Bairro Centro na Cidade de Curitiba, Estado Paraná.**

- 38.5. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta cláusula, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

39. Quando o processo apresentar grupos de itens, a proposta de preços deverá manter exequibilidade entre preços unitários dos itens agrupados. Os valores unitários estimados, constantes no Termo de Referência, devem ser respeitados para evitar preços inexequíveis ou acima do estimado, visto que a **aceitação será efetuada por item** e não será aceita a compensação de valores dos itens agrupados. Desta forma, havendo algum item com valor acima do estimado ou inexequível, o pregoeiro (a) poderá providenciar a **recusa da proposta do item.**





INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



40. Declarada encerrada a etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado o(s) lance(s) mais vantajoso(s) para redução, adequação ao valor estimado ou ainda aplicar o disposto do artigo 10 do Decreto lei 7.892/2013.
41. A negociação, bem como a aplicação do disposto do artigo 10 do decreto 7.892/2013, será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e a inclusão na ATA dos preços das licitantes que aceitarem igualar suas propostas ao lance vencedor, se dará após o Sistema SIASG/Comprasnet permitir seu registro.
42. Após a aceitação da proposta no sistema Comprasnet, o licitante vencedor deverá encaminhar PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS acompanhando a documentação de habilitação, na forma do **Anexo II**, ou em modelo próprio da proponente, contendo, no mínimo, as mesmas informações constantes do modelo de proposta (**Anexo II**) com a descrição detalhada do objeto, iguais aos apresentados no sistema eletrônico, prazo de garantia, validade da proposta, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), com no máximo duas casas decimais após a vírgula, devidamente identificada em todas as folhas com número do CNPJ e timbre impresso da empresa, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas serem rubricadas e a última assinada e identificada por quem de direito.
- 42.1. Na proposta apresentada deverão constar os preços unitários e totais de cada item.
43. O licitante vencedor encaminhará PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS junto aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, dentro do prazo estipulado pelo pregoeiro (a), na forma a seguir:
- 43.1. Eletronicamente pelo Sistema Comprasnet, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, contados da convocação do anexo, ou outro prazo estipulado pelo pregoeiro (a) via chat, dependendo do volume de documentação a ser recebida.
- 43.2. Os documentos enviados devem ser digitalizados dos originais assinados;
- 43.3. Os prazos a que se refere essa cláusula serão suspensos no período compreendido entre as 18h e 8h do dia subsequente, salvo em casos de determinação de prazo distinto, feita expressamente pelo pregoeiro (a) no *chat* do Pregão Eletrônico.
- 43.4. O licitante vencedor que não cumprir as determinações dos subitens anteriores será considerado desistente, convocando-se o segundo colocado, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Edital.

## SEÇÃO XVI - DA HABILITAÇÃO

44. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 44.1. Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;
- 44.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 44.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
- 44.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 44.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



45. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
46. Os **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, juntamente com a documentação complementar descrita nos **itens 48 e 49**, no momento da apresentação da PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS pela opção enviar anexo, conforme **item 43**.
47. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de regularidade trabalhista:
- 47.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.
48. As **licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de **qualificação econômico-financeira caso não se comprove pelo SICAF**:
- 48.1. Balanço patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 48.2. Poderá ser apresentado balanço intermediário para a comprovação da qualificação econômico-financeira.
- 48.3. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 48.4. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- 48.5. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste **Pregão**, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.
49. Os documentos exigidos para fins de **qualificação econômico-financeira** deverão comprovar o seguinte:
- 49.1. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, forem iguais ou inferiores a 1 (um) (conforme IN 02/2010 SLTI - MPOG);
- 49.2. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.
- 49.3. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste **Pregão**, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.
50. Os **Licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de **qualificação técnica**:
- 50.1. **Atestado de capacidade técnica**, que comprove já ter fornecido produto compatível com o objeto da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando CNPJ, razão social, endereço, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade dos produtos.
- 50.2. Declaração de concordância - Anexo IV.
51. Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica e operacional, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos contratos.
52. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



53. O Pregoeiro (a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

54. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos por meio da opção "enviar anexo", a partir da convocação, na forma e no prazo estabelecido pelo Pregoeiro (a) via *chat*.

54.1. Os documentos devem ser enviados preferencialmente em arquivo único (\*.ZIP ou \*.RAR, por exemplo). Em casos excepcionais, havendo necessidade de encaminhar mais de um arquivo, o licitante poderá solicitar ao pregoeiro (a), dentro do prazo estabelecido via chat para encaminhamento do anexo, novas convocações por meio do endereço eletrônico [licitacoes@ifpr.edu.br](mailto:licitacoes@ifpr.edu.br).

54.1.1. O sistema Comprasnet permite o envio de anexos com tamanho máximo de 15Mb.

54.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro (a).

54.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao IFPR - Central de Compras e Licitações do, aos cuidados do Pregoeiro (a), no seguinte endereço Av Voluntários da Pátria 475, Centro, CEP 80020-926, Curitiba PR.

54.3. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

54.4. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

54.5. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

54.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

54.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

54.7.1. Havendo necessidade a licitante poderá solicitar, por escrito, a prorrogação do prazo, por mais 02 (dois) dias úteis.

54.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

54.7.3. As demais licitantes deverão apresentar a documentação dentro do horário definido pelo pregoeiro(a) durante a sessão.

55. Se a proposta não for aceitável ou se a amostra for rejeitada, ou, ainda, se o **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro (a)** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda às necessidades do IFPR descrita no presente este edital e seus anexos.

56. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o **licitante** será declarado vencedor.

## SEÇÃO XVII - DOS RECURSOS

57. Declarado o vencedor, o **Pregoeiro (a)** abrirá prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- 57.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro (a) a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 57.2. O Pregoeiro (a) examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 57.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
- 57.4. O Pregoeiro (a) decidirá em até 05 (cinco) dias úteis, após o término do prazo de contrarrazões.

58. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

59. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro (a) serão apreciados pela autoridade competente.

60. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

61. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

62. Não serão reconhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

#### SEÇÃO XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

63. O objeto deste Pregão será adjudicado aos vencedores do respectivo grupo de itens.

64. A adjudicação será realizada pelo **Pregoeiro (a)**, salvo quando houver recurso, hipótese em que esta caberá à autoridade competente para homologação.

65. A homologação do presente Pregão compete ao Pró-Reitor de Administração do Instituto Federal do Paraná.

66. Após a Homologação do presente Processo Licitatório, os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua Victor Ferreira do Amaral, 306, Tarumã, CEP 82.530-030, na Cidade de Curitiba, Estado Paraná.

#### SEÇÃO XIX - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

67. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a Administração do IFPR, Órgão Gerenciador, enviará aos **licitantes** classificados em primeiro lugar a Ata de Registro de Preço assinada.

68. A declaração de concordância (**anexo IV**) substituirá a necessidade dos licitantes classificados em primeiro lugar em assinarem a Ata de Registro de Preço, tendo em vista a concordância expressa quanto à minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo III**).

69. Será incluído eletronicamente na respectiva ata, no momento da homologação, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme determina o artigo 11 do Decreto Federal nº 7.892/2013, com vistas a formação do **cadastro de reserva**.

70. A ordem de inclusão no cadastro de reserva observará a sequência de classificação no certame.

71. Publicada na Imprensa Oficial o extrato da Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme o artigo 14 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

72. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao **fornecedor beneficiário** do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### SEÇÃO XX - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

73. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste **Pregão** será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



### SEÇÃO XXI - DA NOTA DE EMPENHO (NE) E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

74. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, o **fornecedor** que tiver seus preços registrados, poderá ser convocado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços para entregar o objeto adjudicado mediante recebimento de nota de empenho (NE) e, de acordo com as necessidades do IFPR e quantidades estabelecidas na NE.

75. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o **licitante** vencedor mantém as condições de habilitação.

### SEÇÃO XXII - DOS LOCAIS DE ENTREGA

76. O objeto licitado no presente certame poderá ser solicitado por qualquer das unidades do IFPR, conforme rol exemplificativo que segue abaixo.

77. Em virtude da expansão do IFPR, em breve novos Campus serão inaugurados, devendo o licitante participante deste certame estar ciente da obrigatoriedade de providenciar a entrega conforme dados constantes das Autorizações de Fornecimentos (AF's) emitidas.

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
EAD - SALGADO FILHO	Rua Senador Salgado Filho , 1200 - Bairro Guabirota CEP 81510-000
CÂMPUS GOIOERÊ	Rodovia PR-180, s/n, ao lado da Polícia Rodoviária Estadual, próximo ao trevo da UEM CEP 87360-000
CÂMPUS IRATI	Rua Pedro Kopp, 100 - Vila Matilde CEP 84500-000
CÂMPUS JACAREZINHO	Avenida Doutor Tito, s/n - Jardim Panorama CEP 86400-000
CÂMPUS JAGUARIAÍVA	Rodovia PR 151 - Km 213,7 CEP 84200-000
CÂMPUS LONDRINA	Rua João XXIII, 600 - Praça Horace Well - Jardim Judith CEP 86060-370
CÂMPUS PARANAVÁI	Rua José Felipe Tequinha, 1400 - Jardim das Nações CEP 87703-536

### SEÇÃO XXIII - DA FORMA DE PAGAMENTO

78. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto, mediante ateste por parte do fiscal designado pela CONTRATANTE, na Nota Fiscal expedida pela CONTRATADA.

79. O pagamento de que se trata o subitem anterior só será efetivado se a licitante estiver em situação regular junto ao SICAF.

80. O pagamento não será efetuado enquanto a empresa vencedora estiver pendente de liquidação com qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamentos de preços ou a correção monetária.

81. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

82. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que por ventura ocorrerem serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

83. Será efetuada a retenção de Tributos e Contribuições Federais (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP) sobre o valor final do pagamento, de acordo com a IN n.º 539 da SRF de 25/04/2005.

84. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES deverão anexar à Nota Fiscal, cópia do documento comprobatório da inscrição.

### SEÇÃO XXIV - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

85. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, (art. 17 do Decreto nº 7.892/2013).

86. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
87. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, (art. 18 do Decreto nº 7.892/2013).
88. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, (§ 1º, art. 18 do Decreto nº 7.892/2013).
89. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, (§ 2º, art. 18 do Decreto nº 7.892/2013).
90. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá, (art. 19 do Decreto nº 7.892/2013):
  - a. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e (inciso I, art. 19 do Decreto nº 7.892/2013);
  - b. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, (inciso II, art. 19 do Decreto nº 7.892/2013).
  - c. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, (parágrafo único do art. 19 do Decreto nº 7.892/2013).

## SEÇÃO XXV - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

91. O **fornecedor beneficiário** terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

91.1. A pedido, quando:

- 91.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 91.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

91.2. Por iniciativa do IFPR, quando:

- 91.2.1. O **fornecedor beneficiário** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- 91.2.2. Perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;
- 91.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- 91.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- 91.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- 91.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

91.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o IFPR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao **fornecedor beneficiário** a nova ordem de registro.

92. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:





INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- 92.1. Por decurso do prazo de vigência;
- 92.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

### SEÇÃO XXVI - DAS SANÇÕES

93. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 93.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 93.2. Apresentar documentação falsa;
  - 93.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 93.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 93.5. Não mantiver a proposta;
  - 93.6. Cometer fraude fiscal;
  - 93.7. Comportar-se de modo inidôneo;
94. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- a. Advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
  - b. Multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total da Nota de Empenho (NE);
  - c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a União, pelo prazo não superior a 2 anos;
  - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior ("c");
95. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
96. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
97. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
98. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
99. Além do previsto no item anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as sações previstas em contrato.

### SEÇÃO XXVII - DISPOSIÇÕES FINAIS

100. Ao **Pró-Reitor de Administração** do IFPR compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

- 100.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato;
- 100.2. Os **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**101.** É facultado ao **Pregoeiro (a)** ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**102.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro (a)** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**102.1.** Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

**103.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**104.** Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

**105.** Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

**106.** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do IFPR, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

**107.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

#### **SEÇÃO XXVIII - DO FORO**

**108.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Curitiba, **23** de **Novembro** de 2016.

**OSMAIR GELSON DE LIMA FILHO**  
**SIAPE: 2111885**  
**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Portaria **147/2016**, de **02** de **Agosto** de 2016



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de **Softwares Administrativo**, de modo atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná, observando as especificações e quantidades constantes no **ANEXO I**, bem como os demais requisitos descritos no edital e Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1 O Instituto Federal do Paraná, em virtude de necessidades prementes visando, sobretudo, melhorar as condições de trabalho, agilizar e aumentar a qualidade das atividades desenvolvidas pela administração e, no intuito de assegurar o perfeito cumprimento de sua missão institucional, necessita adquirir softwares não padronizados.
- 2.2 A finalidade do Instituto Federal do Paraná é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, no diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia.
- 2.3 Considerando a missão desta Instituição de Ensino, calcada em “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa de extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores comprometidos com a sustentabilidade”.
- 2.4 Os Softwares e ferramentas de desenvolvimento de sistemas em Tecnologia da Informação são alvos de constantes evoluções. Juntamente com novas versões os mesmos são incrementados em recursos que na maioria das vezes contribuem sobremaneira no ganho de produtividade da instituição como um todo.
- 2.5 Entendemos que suprir e amparar as atividades pedagógicas de amparo tecnológico capaz de torná-las mais eficazes e produtivas a ponto de contribuírem para melhoria dos serviços prestados e a qualidade do ensino ofertado vai ao encontro à força motriz desta Instituição.

**3. QUANTITATIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES DE MERCADO**

- 3.1 Para efeito de julgamento dos preços no REGISTRO DE PREÇO, o **critério de julgamento deverá ser “Menor Preço por Item”**, sendo o vencedor o licitante que ofertar o menor valor para o item na fase de lances, conforme tabela I que segue.



TABELA I - PLANILHA DESCRITIVA DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS.

ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	Quant. Total	UNIDADE DE MEDIDA	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ADOBE CREATIVE CLOUD COMPLETE EDUCATION SUBSCRIÇÃO 12 MESES	<p>ADOBE CREATIVE CLOUD COMPLETE EDUCATION SUBSCRIÇÃO POR 12 MESES. AQUISIÇÃO E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD (CC) PARA WINDOWS, EM PORTUGUÊS DO BRASIL, COM NO MÍNIMO OS SEGUINTE PROGRAMAS QUE COMPÕEM O PACOTE ADOBE CC ATUAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PHOTOSHOP;- LIGHTROOM;- ILLUSTRATOR;- INDESIGN;- PREMIERE PRO;- AFTER EFFECTS;- DREAMWEAVER;- MUSE;- ANIMATE;- ACROBAT XI PRO;- AUDITION;- BRIDGE;- FIREWORKS;- FLASH BUILDER;- INCOPI;- PRELUDE;- ADOBE MEDIA ENCODER;- SCOUT;- SPEEDGRADE;- STORY PLUS;- PHONEGAP BUILD;- PRELUDE LIVE LOGGER;- SDK DE JOGOS;- EXTENSION MANAGER;- EXTENDSCRIPT TOOLKIT;- SERVIÇOS ADICIONAIS OFERECIDOS DE FORMA GRATUITA PELA ADOBE.</li> </ul> <p>DISPONIBILIZAR A ÚLTIMA VERSÃO EXISTENTE NO MERCADO NA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>GARANTIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- OS PRODUTOS DEVERÃO TER GARANTIA/SUORTE DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, PARA EVENTUAIS SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE LICENCIAMENTO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONTRA QUALQUER DEFEITO QUE VENHAM A APRESENTAR ENQUANTO A ASSINATURA ESTIVER VÁLIDA.</li> <li>- ENTREGAR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (IMPRESSA OU POR E-MAIL), PREFERENCIALMENTE EM PORTUGUÊS DO BRASIL, OU, EXCEPCIONALMENTE, EM INGLÊS.</li> <li>- O FORNECEDOR/DISTRIBUIDOR DA ADOBE SE RESPONSABILIZARÁ, ENQUANTO A ASSINATURA ESTIVER VÁLIDA, EM ATUALIZAR OU, EM CASO DE RENOMEAÇÃO OU DESCONTINUAÇÃO DOS SOFTWARES: PHOTOSHOP, ILLUSTRATOR, INDESIGN, ACROBAT PRO DC, EM SUBSTITUIR PELOS SOFTWARES COMPATÍVEIS.</li> </ul> <p>OBSERVAÇÃO: O PRODUTO SERÁ INSTALADO POR MÁQUINA TENDO DIVERSOS USUÁRIOS.</p>	5	assinatura	3033,39	15.166,95
2	CORELDRAW X8 VERSÃO EDUCACIONAL EM PORTUGUÊS.	<p>CORELDRAW X8 VERSÃO EDUCACIONAL EM PORTUGUÊS VERSÃO: GRAPHICS SUITE X8.</p> <p>APLICATIVOS PRINCIPAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CORELDRAW X8: ILUSTRAÇÃO VETORIAL E LAYOUT DE PÁGINA;</li> <li>- COREL PHOTO-PAINT X8: EDIÇÃO DE IMAGEM;</li> <li>- COREL FONT MANAGER X8: GERENCIAMENTO DE FONTES TRUETYPE E OPENTYPE;</li> <li>- COREL POWERTRACE X8: CONVERSÃO DE BITMAP EM VETOR (PARTE DO APLICATIVO CORELDRAW X8);</li> <li>- COREL CONNECT: LOCALIZADOR DE CONTEÚDO;</li> <li>- COREL CAPTURE X8: FERRAMENTAS DE CAPTURA DE TELA;</li> <li>- COREL WEBSITE CREATOR*: DESIGN DE SITES.</li> </ul> <p>APLICATIVOS DE SUPORTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- BENVISTA PHOTOZOOM PRO 4*: PLUG-IN PARA AMPLIAR IMAGENS DIGITAIS;</li> <li>- MICROSOFT VISUAL BASIC FOR APPLICATIONS 7.1: AUTOMAÇÃO DE TAREFAS;</li> <li>- MICROSOFT VISUAL STUDIO TOOLS FOR APPLICATIONS 2015: AUTOMAÇÃO DE TAREFAS E PROJETOS DE MACRO AVANÇADOS;</li> <li>- ASSISTENTE DE CÓDIGO DE BARRAS: GERADOR DE CÓDIGOS DE BARRAS EM FORMATOS PADRÃO DO SETOR;</li> <li>- ASSISTENTE FRENTE E VERSO: GUIA PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO;</li> <li>- GPL GHOSTSCRIPT PARA SUPORTE APRIMORADO A EPS E PS (ZIP): IMPORTAÇÃO AVANÇADA DE ARQUIVOS EPS E OS;</li> <li>WHATTFONT: IDENTIFICADOR DE FONTES ON-LINE.</li> </ul> <p>CONTEÚDO*:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 10.000 IMAGENS DIGITAIS E DE CLIPART;</li> <li>- 2.000 FOTOS DIGITAIS DE ALTA RESOLUÇÃO;</li> <li>- 1.000 FONTES OPENTYPE;</li> <li>- 350 MODELOS CRIADOS POR PROFISSIONAIS;</li> <li>- 2.000 MODELOS DE VEÍCULOS;</li> <li>- MAIS DE 1.000 PREENCHIMENTOS, MOLDURAS E PADRÕES.</li> </ul> <p>DOCUMENTAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- GUIA DE INÍCIO RÁPIDO;</li> <li>- CARTÃO DE REFERÊNCIA RÁPIDA;</li> <li>- ARQUIVOS DE AJUDA.</li> </ul>	5	unidade	503,63	2518,15
3	SOFTWARE DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	<p>SOFTWARE DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA. REQUISITOS DE SISTEMA: DEVE SER COMPATÍVEL COM WINDOWS XP SP2+, VISTA, 7, 8.1, 10 E WINDOWS SERVER 2003, 2008 E 2012 EM SUAS VERSÕES 32 OU 64 BITS. PROTEÇÃO: DEVE GARANTIR A RESTAURAÇÃO TOTAL DA ESTAÇÃO DE TRABALHO NO MOMENTO DA REINICIALIZAÇÃO; DEVE PERMITIR PROTEÇÃO POR SENHA DAS AÇÕES DE ATIVAÇÃO OU DESATIVAÇÃO DA PROTEÇÃO DIRETA DA ESTAÇÃO DE TRABALHO DO CLIENTE/USUÁRIO; DEVE PROTEGER UM NÚMERO INDEFINIDO DE DISCOS E PARTIÇÕES CONTIDOS EM UMA ESTAÇÃO DE TRABALHO; DEVE SUPORTAR AMBIENTES DE INICIALIZAÇÃO MÚLTIPLA; DEVE SER COMPATÍVEL COM A FUNCIONALIDADE DE TROCA DE USUÁRIO DO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; DEVE SUPORTAR DISCOS RÍGIDOS SCSI, ATA, SATA E IDE; DEVE SUPORTAR OS SISTEMAS DE ARQUIVO FAT, FAT32 E NTFS BÁSICOS E DINÂMICOS; DEVE APRESENTAR INTERFACE EM INGLÊS DOS ESTADOS UNIDOS E, PREFERENCIALMENTE, DEVE APRESENTAR INTERFACE EM PORTUGUÊS DE</p>	718		93,40	67.061,20



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



	<p>PORTUGAL OU BRASIL; DEVE PROTEGER O REGISTRO DE INICIALIZAÇÃO MESTRE (MBR) CONTRA EVENTUAIS ALTERAÇÕES; DEVE PERMITIR A PRÉ-DEFINIÇÃO DE SENHAS PARA UTILIZAÇÃO EM DETERMINADA ESTAÇÃO DE TRABALHO COM DIVERSAS DATAS DE ATIVAÇÃO OU VALIDADE; DEVE PERMITIR A GERAÇÃO DE SENHAS CRIPTOGRAFADAS NÃO REUTILIZÁVEIS OU SENHAS COM VALIDADE DE 24 H; DEVE PERMITIR A DESATIVAÇÃO DE TECLADO E MOUSE DURANTE ACESSO REMOTO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADA TAREFA; DEVE FORNECER FERRAMENTA PARA CRIAÇÃO DE ARQUIVOS DE INSTALAÇÃO PERSONALIZADOS; DEVE POSSIBILITAR A REINICIALIZAÇÃO DE COMPUTADORES EM ESTADO DE LOGOFF, OU SEJA, SEM QUE HAJA USUÁRIO AUTENTICADO; DEVE PERMITIR A CONFIGURAÇÃO PARA DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO APÓS UM PERÍODO PRÉ-DEFINIDO DE INATIVIDADE; DEVE PERMITIR A AUTOMATIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ATUALIZAÇÕES DO WINDOWS PERMITINDO A REINICIALIZAÇÃO OU DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS O TÉRMINO DA INSTALAÇÃO DAS ATUALIZAÇÕES; DEVE PERMITIR A DEFINIÇÃO DE PERÍODOS PARA ATUALIZAÇÃO EFETIVA DO SISTEMA OPERACIONAL; DEVE PERMITIR A EXECUÇÃO DE ARQUIVOS EM LOTE; DEVE PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE ATÉ 8 (OITO) DIRETÓRIOS DE EXCEÇÃO ONDE É POSSÍVEL A CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E ARMAZENAMENTO PERMANENTE DE ARQUIVOS; DEVE PERMITIR O ARMAZENAMENTO EM CACHE DE ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS MESMO QUANDO A ESTAÇÃO DE TRABALHO ENCONTRAR-SE EM ESTADO DE PROTEÇÃO. GERENCIAMENTO: DEVE POSSUIR FERRAMENTA PARA GERENCIAMENTO CENTRALIZADO; DEVE PERMITIR A PROGRAMAÇÃO DE TAREFAS DE REINICIALIZAÇÃO, DESLIGAMENTO, WAKE-ON-LAN, ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO ESTADO DE PROTEÇÃO; DEVE PERMITIR O GERENCIAMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO PERMITINDO A DEFINIÇÃO DE GRUPOS; DEVE PERMITIR A CRIAÇÃO DE GRUPOS E SUBGRUPOS COM FILTROS AUTOMÁTICOS OU ATRAVÉS DE IMPORTAÇÃO DO SERVIDOR DE DOMÍNIO (ACTIVE DIRECTORY); DEVE PERMITIR A ATUALIZAÇÃO DE TODOS OS ARQUIVOS DE INSTALAÇÃO PRÉ-EXISTENTES; DEVE PERMITIR O ACIONAMENTO REMOTO SOB DEMANDA DO MODO DE MANUTENÇÃO COM ESTAÇÃO ABERTA A ALTERAÇÕES E COM MOUSE E TECLADO, DA ESTAÇÃO DE TRABALHO, DESABILITADOS; DEVE PERMITIR A INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE SOFTWARES EM ESTAÇÕES DE TRABALHO REMOTAS. SUPORTE TÉCNICO: SUPORTE TÉCNICO NO BRASIL, AJUDANDO NA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SOFTWARE REMORAMENTE. REFERÊNCIA: DEEP FREEZE ENTERPRISE OU SIMILAR COM MESMAS CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS.</p>	UNIDADE		
		TOTAL	R\$ 84.746,30	



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**QUANTITATIVOS POR CAMPUS/UNIDADE**

ITEM	DENOMINAÇÃO	CAMPUS GOIOERÊ	CAMPUS IRATI	CAMPUS JACAREZINHO	CAMPUS JAGUARIAÍVA	CAMPUS LONDRINA	CAMPUS PARANAVAI	CAMPUS PINHAIS	EAD
		UGE 158009	UGE 154674	UGE 158400	UGE 158009	UGE 154699	UGE 158398	UGE 158009	UGE 158009
1	ADOBE CREATIVE CLOUD COMPLETE EDUCATION SUBSCRIÇÃO 12 MESES	-	-	-	1	-	-	-	4
2	CORELDRAW X8 VERSÃO EDUCACIONAL EM PORTUGUÊS	-	-	-	-	-	-	1	4
3	SOFTWARE DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	-	150	100	-	180	200	88	-





## QUANTITATIVOS POR CAMPUS/UNIDADE

### **4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

- 4.1. Todos os ITENS descritos no ANEXO I deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento.
- 4.2. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado;
- 4.3. Todos os itens deverão possuir manual de instrução ou guia de uso, contendo todas as informações necessárias de funcionamento, conservação e manutenção dos materiais e equipamentos.
- 4.4. Todos os softwares entregues, em parcelas, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, deverão obedecer a um mesmo padrão de qualidade, devendo ser entregues preferencialmente itens iguais entre si (*mesmo modelo, marca, componente e versão*);
- 4.5. Todos os softwares fornecidos deverão estar de acordo com as especificados contidas na Descrição dos Itens presente neste Termo de Referência, conforme **Anexo I**.

### **5. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 5.1. Na proposta de preços deverá constar a descrição detalhada dos itens, de acordo com as especificações do Anexo I, sendo que a validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.
- 5.2. Na proposta deverá conter além da especificação completa do Software fornecido, e o preço, as seguintes informações e anexos:
  - a) Nome do fabricante;(razão social e CNPJ)
  - b) Endereço com CEP, número de telefone, endereço eletrônico (e-mail), nome do representante legal para o contrato.
  - c) Modelo;
  - d) Prazo de validade da proposta
  - e) Procedência (pais de origem e unidade fabril);
  - f) Ano de fabricação.
- 5.3. Poderão ser anexados à proposta Catálogos e folhetos descritivos dos materiais/equipamentos/ softwares elaborados e/ou divulgados pelo licitante, fabricante, integrador, distribuidor, etc.
- 5.4. A proposta a ser encaminhada eletronicamente deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando as principais especificações técnicas, quantidade e preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula, com o preenchimento correto das informações em cada campo determinado no sistema eletrônico, para fornecimento nas condições conforme consta no Anexo I seção 3 deste Termo de Referência.
- 5.5. Manter a coerência dos preços de itens agrupados, quando no processo os apresentar desta forma, inclusive na fase de lances, para evitar preços inexequíveis ou acima do estimado, gerando a desclassificação de todo o grupo, porque a aceitação será efetuada por item e não será aceita a compensação de valores dos itens agrupados;

### **6. ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO.**

- 6.1. O cumprimento do objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento e a entrega do objeto licitado, de acordo com as especificações descritas no **Anexo I**, e nos Locais específicos indicados pelo IFPR, de acordo com os endereços indicados na seção 7.2 deste Termo de Referência.
- 6.2. Os materiais/equipamentos/softwareos deverão ser entregues nas localidades indicadas, conforme as quantidades solicitadas por cada unidade no momento da aquisição, **no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos (software nacional), 60 (sessenta) dias corridos (software importado) contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) e da Nota de Empenho (NE)**, pelo fornecedor.
- 6.3. Os materiais/equipamentos serão entregues em **dias úteis, das 8h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h30min**, e deverão ser descarregados e colocados em local indicado por servidor responsável do IFPR.
  - 6.3.1. A retirada dos materiais/equipamentos dos veículos transportadores e a remoção destes até os locais onde deverão ser instalados ficarão por conta do fornecedor.
- 6.4. Os itens/produtos deverão ser entregues acondicionados. A embalagem deverá possuir identificação externa contendo no mínimo a Descrição do bem.
- 6.5. Todos os bens deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, artº32).
  - 6.5.1. As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem.
  - 6.5.2. Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam
    - a) Restritivas em volume e peso, as dimensões requeridas à proteção do conteúdo;



- b) Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências ao produto que contém;
- c) Recicladas, se a reutilização não for possível.
- 6.5.3. A contratada deverá efetuar a reposição dos itens e/ou a troca, em caso de estes apresentarem defeitos, no prazo de até **15 (quinze) dias para capital e 25 (vinte e cinco) dias para as demais localidades**, contados da data em que a empresa for comunicada, sem prejuízo da garantia de fabricação, para efeito de reposição.
- 6.6. O objeto desta licitação será recebido:
- a) **Provisoriamente** pelo Almoxarifado de cada Campus solicitante do IFPR, sendo o recebimento provisório apenas simples conferência físico dos materiais. O recebimento **definitivo** dos materiais/equipamentos deverá ocorrer no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados do recebimento provisório, depois de verificado o correto funcionamento dos itens, mediante ateste de recebimento pela CONTRATANTE diretamente na Nota Fiscal/fatura.
- b) Independente do aceite, a contratada garantirá a qualidade de cada unidade do Software fornecido pelo prazo estabelecido na garantia do fabricante e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo contratante.
- c) Serão realizados testes dos softwares após instalação, com simulação de todas as funções oferecidas e/ou exigidas, e somente após será emitido o termo de recebimento definitivo, declarando a conclusão satisfatória dos serviços e o pleno funcionamento dos Softwares, para efetivação do pagamento.
- d) O recebimento não exclui a responsabilidade civil da adjudicatária. Assim, mesmo entregue e recebido definitivamente, o componente fica sujeito à substituição pela adjudicatária, desde que comprovada à existência de problemas cuja verificação seja possível no decorrer de sua utilização;
- e) A entrega de produtos ou componentes, que não estejam de acordo com as especificações contidas na proposta, implicará a recusa no recebimento, por parte do IFPR, que colocará o objeto à disposição da adjudicatária para substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem que acarrete despesa adicional ao IFPR, subordinando-se, por conseguinte, a adjudicatária, às penalidades previstas em edital.

## 7. GENERALIDADES

- 7.1. Os itens a serem solicitados, deverão ser entregues parceladamente, nos campi e com as quantidades determinadas em cada Autorização de Fornecimento.
- 7.2. Locais de entrega:

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
EAD - SALGADO FILHO	Rua Senador Salgado Filho , 1200 - Bairro Guabirotuba CEP 81510-000
CÂMPUS GOIOERÊ	Rodovia PR-180, s/n, ao lado da Polícia Rodoviária Estadual, próximo ao trevo da UEM CEP 87360-000
CÂMPUS IRATI	Rua Pedro Kopp, 100 - Vila Matilde CEP 84500-000
CÂMPUS JACAREZINHO	Avenida Doutor Tito, s/n - Jardim Panorama CEP 86400-000
CÂMPUS JAGUARIAÍVA	Rodovia PR 151 - Km 213,7 CEP 84200-000
CÂMPUS LONDRINA	Rua João XXIII, 600 - Praça Horace Well - Jardim Judith CEP 86060-370
CÂMPUS PARANAÍ	Rua José Felipe Tequinha, 1400 - Jardim das Nações CEP 87703-536

- 7.3. A contratada se obriga a entregar todo o material, no mesmo momento, na quantidade informada na Autorização de Fornecimento (AF). Não será aceita a entrega parcial, em hipótese alguma, sob pena de devolução de todo material, no caso de empenho/AF não estar completa;
- 7.4. O material só poderá ser entregue parcialmente, se a licitante encaminhar justificativa, solicitando o cancelamento dos itens pendentes juntamente com o material, para ser avaliada pela Administração e posterior aplicação de penalidades;
- 7.5. a Administração poderá solicitar a antecipação da entrega de parte dos materiais constante da Autorização de Fornecimento, somente se a licitante conseguir atender ao pedido;



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



- 7.6. Na proposta a ser apresentada, deverá indicar o preço unitário por item, fixo e irrevogável, com somente duas casas após a vírgula, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e as despesas decorrentes da aquisição dos materiais, bem, assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 7.7. As condições de habilitação estão previstas no edital;
- 7.8. O valor total estimado da presente licitação é de **R\$84.746,30 (Oitenta e Quatro Mil Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Trinta Centavos)**.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais nos endereços citados na Seção 7.2 deste termo e em perfeitas condições, nas quantidades informadas em cada Autorização de Fornecimento (A.F), atendendo as especificações da planilha ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS e conforme MARCA E MODELO informados no sistema eletrônico.
- 8.2. Responsabilizar-se por qualquer atraso ou problemas na entrega, mesmo que ocasionados pela transportadora.
- 8.3. Manter no Brasil, no caso da CONTRATADA não estar situada no Brasil por meio de empresas de assistência técnica, estoques suficientes de peças sobressalentes, a fim de assegurar a pronta e eficaz manutenção dos bens;
- 8.4. Entregar os materiais em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos (software nacional), 60 (sessenta) dias corridos (software importado), após o envio da Autorização de Fornecimento (AF), exceto se estabelecido prazo diferente na especificação do material.
- 8.5. As propostas apresentadas não poderão prever prazo de entrega acima do prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 8.6. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento.
- 8.7. As licenças deverão ter garantia de 1 (um) ano, salvo prazo de garantia superior constante na especificação do item no Quadro de Especificações Mínimas.
- 8.8. A empresa vencedora deverá oferecer suporte 10 horas por dia, 5 dias por semana. Deverá disponibilizar número 0800 e e-mail para contato.
- 8.9. Todos os itens constantes na AF têm que ser entregue no mesmo momento, no horário de funcionamento de cada Campus.
- 8.10. Aguardar a conferência dos produtos no ato do recebimento. Havendo falta de produto, todo o material será devolvido (será aceito somente se a licitante encaminhar a solicitação de cancelamento do item faltante).
- 8.11. Solicitar por escrito o cancelamento de algum item ou parte deste, para ser avaliado pela Direção Geral, e assumir os ônus da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital.
- 8.12. Substituir os materiais, objeto deste Termo de Referência, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para capital e 25 (vinte e cinco) demais localidades, após a comunicação formal do IFPR. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que formalizado, justificado e aceito pelo IFPR. Esta prorrogação somente será aceita caso seja feita dentro do prazo da notificação.
- 8.13. Materiais entregues em desacordo com o Edital e não retirados em até 05 (cinco) dias úteis após comunicação formal do IFPR, serão descartadas. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que formalizado, justificado e aceito pelo IFPR. Esta prorrogação somente será aceita caso seja feita dentro do prazo da notificação.
- 8.14. Manter, durante a vigência das obrigações assumidas, as condições de Habilitação exigidas para este Pregão.
- 8.15. Realizar testes e corrigir defeitos nos bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a CONTRATANTE, durante o período de garantia.
- 8.16. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 03(três) dias úteis, após a convocação.
- 8.17. Entregar os materiais parceladamente, durante a vigência da Ata, de acordo com as quantidades solicitadas em cada Autorização de Fornecimento.
- 8.18. Arcar com todos os custos para cumprimento da garantia, inclusive no caso de necessidade de transporte (técnicos ou equipamentos).
- 8.19. Cumprir o prazo de garantia de acordo com o especificado em cada item neste Termo de Referência ou conforme o prazo estabelecido na proposta de preços, caso este seja maior que o mínimo estabelecido.
- 8.20. Arcar com os custos relativos a entregas realizadas em locais incorretos.
- 8.21. Os problemas apresentados durante o prazo de garantia devem ser solucionados em até 30 (trinta) dias corridos após a comunicação formal da contratante.
- 8.22. As solicitações de alteração de preços e/ou o cancelamento de itens da Ata Registrada deverão ser formalizadas, devidamente justificadas e encaminhadas à Coordenação de Registro de Preços da Reitoria.



As solicitações serão analisadas criteriosamente pela Reitoria do IFPR no prazo de 15 (quinze) dias.

- 8.23. Responder pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens do IFPR, durante a entrega dos materiais, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que lhe será expressamente combinado pela Contratante.
- 8.24. Todos os itens deverão possuir manual de instrução, em língua portuguesa, ou guia de uso, contendo todas as informações necessárias de funcionamento, conservação e manutenção dos materiais e equipamentos.

## 9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato.
- 9.2. Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados sobre os materiais.
- 9.3. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Termo de Referência e no Edital, garantindo a prévia defesa.
- 9.4. Efetuar o recebimento provisório no momento da entrega dos materiais e o definitivo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após decorrido o prazo do recebimento provisório. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento definitivo.
- 9.5. Solicitar por escrito, durante o período de recebimento, a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta.
- 9.6. Solicitar a licitante vencedora que retire a Nota de Empenho, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação.
- 9.7. Solicitar por escrito, durante o prazo de garantia, o conserto ou a substituição dos materiais que apresentarem defeito.
- 9.8. Determinar as sanções administrativas decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, que incluirão o registro de ocorrência junto ao SICAF e até restrições quanto à contratação junto a Administração Pública.
- 9.9. Enviar à contratada as Autorizações de Fornecimento, por email, assegurando-se de que a contratada recebeu o documento.

## 10 SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1. Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e 28 do Decreto nº 5.450/2005 “quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.”
- 10.2. Além do previsto no item anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades:
  - a) advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
  - b) multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total da Nota de Empenho (NE);
  - c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a União, pelo prazo não superior a 2 anos;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior (“c”);
  - e) cancelamento do respectivo registro na ata.

## 11 DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento deverá ser efetuado integral até o 30º (trigésimo) dia útil após o aceite definitivo do material, em sua totalidade, e atesto da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança;



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



11.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira, devido pelo Contratante será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

## 12 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

- 12.1 Na proposta de preços deverá constar a descrição detalhada dos itens, de acordo com as especificações do item 3.1 deste Termo de Referência, sendo que a validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
- 12.2 Deverá a proposta, conter o valor unitário para cada saída e o valor total, aceitável no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula, em moeda corrente no Brasil (R\$).
- 12.3 Os valores máximos a serem pagos por cada item, são os especificados no ANEXO I.
- 12.4 Na proposta deverá conter além da especificação completa do material fornecido, e o preço as seguintes informações e anexos:
- a) Nome do fabricante;
  - b) Modelo;
  - c) Procedência (país de origem e unidade fabril);
  - d) Ano de fabricação.
- 12.5 Poderão ser anexados à proposta Catálogos e folhetos descritivos dos materiais/equipamentos elaborados e/ou divulgados pelo licitante, fabricante, integrador, distribuidor, etc.

Curitiba, 23 de **Novembro** de 2016.

### RESPONSÁVEL PELA MONTAGEM DO TERMO DE REFERÊNCIA:

**NOME: OSMAIR GELSON DE LIMA FILHO**  
**SIAPE: 2111885**  
**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

**NOME: ROGERIO DA COSTA E SILVA**  
**SIAPE: 2123519**

### APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA ACIMA:

**NOME: JOSE SIKORA NETO**  
**SIAPE: 2626811**



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**PRÓ REITOR EM ADMINISTRAÇÃO**





INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Pregão Eletrônico 40/2016 (SRP)**

**1. PARA LANÇAR A PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET:**

A licitante deverá preencher o campo da **Especificação Detalhada do Objeto**, com as informações sobre o item, esclarecendo todas as especificações técnicas do produto, conforme o solicitado no Termo de Referência, sendo desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo:

- não serão aceitas descrições genéricas como: "conforme Edital", "atendemos o Edital", dentre outras ou identificarem a licitante;

**2. PARA ENCAMINHAR A PROPOSTA DEFINITIVA - Pela LICITANTE VENCEDORA:**

A Proposta escrita, a ser encaminhada pela licitante vencedora, após a fase de lances, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas:

- descrição detalhada;
- quantidade, preço unitário e preço total;
- preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula;
- identificação da empresa: CNPJ, endereço, telefones, e-mail, representante legal e responsável pelo contato;
- validade da proposta e prazo de garantia.

Razão Social:

CNPJ:

Rua:

Cidade:

n°:

CEP:

Bairro:

Estado:

Contato/Representante legal:

RG:

CPF:

Fone/Fax:

E-mail:

Dados para Pagamento:

Banco:

Agência:

Conta:

Validade da proposta: \_\_\_\_ dias.

ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**(Assinatura do REPRESENTANTE LEGAL)  
(Carimbo)**

**ANEXO III  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40 /2016  
PROCESSO N.º 23411.006332/2016-37



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Victor Ferreira do Amaral, 306, Tarumã, CEP 82.530-030, na Cidade de Curitiba, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 10.652.179/0001-15, neste ato representado pelo seu Pró-Reitor de Administração Senhor **JOSE SIKORA NETO**, inscrito no CPF sob o nº 070.927.319-33, designado pela Portaria do Magnífico Reitor do IFPR de nº 210/16, publicada no DOU de 01 de Novembro de 2016, seção 2, página 28, realizou no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), Pregão Eletrônico para Registro de Preços e, nos termos da Lei nº 10.520/02 e os Decretos nº 5.450/05, 7.892/2013, 3.555/2000, Lei nº 8.666/93 e das demais normas aplicáveis, em razão da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 40/2016, Ata de Julgamento de Preços, divulgados no Comprasnet e homologados pelo Ordenador de Despesas deste IFPR, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos produtos registrados na cláusula primeira, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar no certame acima enumerado.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, contratação de empresa especializada para aquisição de Software para os campi do Instituto Federal do Paraná, conforme Termo de Referência do Edital do pregão 40/2016, que passa a fazer parte desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar, dos itens, conforme consta nos autos do processo nº23411.006332/2016-37.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A relação do(s) item(s) e/ou lotes com a(s) respectiva(s) empresa(s) ofertante(s) do menor valor por item e/ou lotes, a(s) qual(is) terá(ão) preferência de contratação, constitui o Anexo I desta Ata.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, durante o qual o IFPR não será obrigado a adquirir o produto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderão aderir a esta ata de registro de preços órgãos ou entidades que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência formal do IFPR e desde que sejam cumpridas as formalidades legais previstas no Decreto 7.892/13 no seu artigo 22, do parágrafo primeiro ao nono.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: quando o pedido de compra for emitido por órgão que não tenha participado do certame licitatório, será da inteira responsabilidade e iniciativa desse todos os atos de administração junto aos fornecedores. Considerando que cada Autorização de Fornecimento acompanhada da respectiva Nota de Empenho, terá entrega imediata, será dispensada a celebração de instrumento específico de contrato, na forma do disposto no § 4º do art. 62, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

O objeto será entregue nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, no ato de envio das Autorizações de Fornecimento (AF) acompanhadas da respectiva nota de empenho (NE).

- SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O fornecedor assume o compromisso de receber os Empenhos pelo e-mail indicado na Declaração de Concordância com a Ata de Registro de Preços, concordando que não sendo confirmado o recebimento do e-mail, o IFPR considerará como recebido, iniciando a contagem do prazo de entrega.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou, por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas, em até 30 dias, contado a partir da data do ateste de recebimento definitivo dos bens nas faturas/notas fiscais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O ateste somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no pedido de compra;



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Os pagamentos mediante emissão de qualquer modalidade de ordem bancária serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** Previamente à contratação e antes de cada pagamento será realizada consulta “on line” ao SICAF, visando apurar a regularidade da situação do fornecedor, sem a qual referidos atos serão sobrestados até a sua regularização;

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do IFPR, os valores em atraso serão atualizados até a data do efetivo pagamento, com base na variação “pro rata tempore”, utilizando-se o IPCA/IBGE do mês anterior, caso seja positivo do Indexador, consoante solicitação do adjudicatário e emissão do documento fiscal correspondente;

**SUBCLÁUSULA QUINTA:** O IFPR reterá na fonte, os impostos devidos, conforme legislação vigente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** As aquisições dos serviços constantes do presente Registro de Preços ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências do IFPR e desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão do documento denominado Nota de Empenho.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Quando o pedido de compra for emitido por órgão que não tenha participado do certame licitatório, será da inteira responsabilidade e iniciativa desse todos os atos de administração junto aos fornecedores. Considerando que cada Autorização de Fornecimento, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, terá entrega imediata, será dispensada a celebração instrumento específico de contrato, na forma do disposto no § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), devidamente acompanhada da respectiva nota de empenho (NE), pelo fornecedor.

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso processar-se a cobrança judicialmente. As sanções serão aplicadas sem prejuízo das demais cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e 28 do Decreto nº 5.450/2005 quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar, na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Além do previsto na Subcláusula Primeira, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades:

- a) - advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
- b) - multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
- c) - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a União, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior (“c”);
- e) - cancelamento do respectivo registro na Ata.

#### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Terceira da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei nº 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo IFPR para alteração, por aditamento, do preço da Ata.



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



#### CLÁUSULA DECIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A Ata de Registro de Preços será cancelada por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e por iniciativa da administração quando caracterizado o interesse público. O fornecedor terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado:

I - a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir com as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

II - por iniciativa do órgão ou entidade usuária, quando:

a) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

b) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preço, sem justificativa aceitável.

III - por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente atuado, no respectivo processo administrativo e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro. Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTAS DE EMPENHO

As aquisições serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesas do IFPR. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS INTEGRANTES

Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão nº40/2016 e seus anexos, e também a proposta das empresas, classificadas em 1.º lugar, constantes no ANEXO I DO PRESENTE DOCUMENTO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TECEIRA - DO FORO

O foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Justiça Federal, da cidade de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Curitiba, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**JOSE SIKORA NETO**  
Pró-Reitor de Administração  
**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

OBSERVAÇÃO: A adesão das empresas vencedoras a esta Ata dá-se pelas Declarações de Concordância anexas e os preços registrados no Anexo I desta Ata.

#### **ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**SÃO AS PROPOSTAS DEFINITIVAS DE PREÇOS.**



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



#### ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 40/2016 - IFPR

A empresa \_\_\_\_\_

Declara para os devidos fins, que:

- 2.1.1 concorda com minuta da Ata de Registros de Preços do Pregão Eletrônico nº 40/2016 do IFPR, e a mesma será recebida após a assinatura do Instituto Federal do Paraná;
- 2.1.2 que a proposta definitiva (preços registrados) fará parte da Ata de Registro de Preço como anexo I da mesma;
- 2.1.3 Assume o compromisso de receber as Autorizações de Fornecimento e Empenhos pelo e-mail institucional (email da empresa @) concordando que não sendo confirmado o recebimento do e-mail, o IFPR considerará como recebido, iniciando a contagem do prazo de entrega;
- 2.1.4 Assume o compromisso de avisar o IFPR quando houver mudança de e-mail

Curitiba, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do REPRESENTANTE LEGAL)  
Carimbo da Empresa

